

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DO SETOR AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CARIRI - PB, NO PERÍODO DE 2003 A 2017

José Carlos Araújo Amarante¹

Patrícia Araújo Amarante²

Diógenes Fernandes do Nascimento³

RESUMO: O desenvolvimento municipal com a implementação de políticas públicas eficientes tem gerado uma série de debates na atualidade, pois afeta diretamente o bem-estar da sociedade. Nesse cenário, a maneira como a gestão pública gerencia as suas demandas e aplica os recursos públicos atendendo a coletividade é resultado da elaboração e da execução de políticas públicas. Assim, este artigo tem como finalidade estudar as políticas públicas de desenvolvimento local em São Domingos Cariri, município localizado no estado da Paraíba. Para o desenvolvimento da pesquisa utilizou-se a metodologia qualitativa e quantitativa, realizando pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Os resultados sugerem que o município aqui analisado apresenta capacidade de fomentar o desenvolvimento rural municipal, embora seja necessário efetivar políticas públicas para o setor agrícola, promovendo o fortalecimento econômico e qualidade de vida do homem do campo. Além disso, verificou-se a necessidade de uma maior atuação da gestão pública municipal na preparação de projetos e táticas que levem em consideração as particularidades locais.

Palavras-chaves: Políticas públicas; Agricultura familiar; Gestão municipal.

PUBLIC POLICIES AND LOCAL DEVELOPMENT: A STUDY OF THE AGRICULTURAL SECTOR IN THE MUNICIPALITY OF SÃO DOMINGOS DO CARIRI - PB, FROM 2003 TO 2017

ABSTRACT: Municipal development with the implementation of efficient public policies has generated a series of debates nowadays, as it directly affects the welfare of society. In this scenario, the way in which public management manages its demands and applies the public resources serving the community is the result of the elaboration and execution of public policies. Thus, this article aims to study public policies for local development in São Domingos do Cariri, a municipality located in the state of Paraíba. For the development of the research the qualitative and quantitative methodology was used, carrying out bibliographical research and case study. The results suggest that the municipality analyzed here has the capacity to foster municipal rural development, although it is necessary to implement public policies for the agricultural sector, promoting the economic strengthening and quality of life of the rural man. In addition, there was a need for a greater performance of municipal public management in the preparation of projects and tactics that take into account local particularities.

Keywords: Public policies; Family farming; Municipal management.

Data da submissão: 06-07-2021

Data do aceite: 03-01-2022

INTRODUÇÃO

Disparidades socioeconômicas consistem em evidências que caracterizam a população do Brasil. Nesse contexto, a formulação de políticas públicas e programas vem se tornando uma das ações pautadas pelos governos como maneira de minimizar esses problemas. Tendo em vista esse cenário, o grande desafio é tornar o acesso da população, que de fato precisa de tais medidas, mais integralizado.

¹ Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB) e Doutorando em Economia Aplicada pela Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB).

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba.

³ Graduado em Biologia - Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA-CE) e Especialista em Processo Histórico em Inovações Tecnológicas no Semiárido Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Nesse contexto, incrementar políticas para o avanço municipal torna-se produto da interligação em conjunto dos vários autores que compõe um município e uma cidade, os quais, ligados à uma administração ativa e competente, bem como a participação popular em busca de uma mesma finalidade, podem proporcionar avanços econômicos, assim melhoramento nas condições na vivência da população (BUARQUE, 1999, apud BRASIL, 2011).

Dessa forma, a municipalidade deve exercer seu papel social, proporcionando a população condições dignas de habitação, saneamento básico, serviços públicos, infraestrutura, lazer e trabalho. Para tanto, se faz necessário o fortalecimento das potencialidades da economia local, participação social, preservação do meio ambiente e cooperação. Mendes (2017), neste tocante, afirma que as políticas públicas de promoção do desenvolvimento, muitas vezes, devem ser aplicadas de forma integradas, visto as diversas interações entre essas dimensões sociais. No entanto, para que isso aconteça é fundamental uma alocação eficiente dos recursos envolvidos, sejam eles financeiros, materiais ou humanos. Ademais, é necessário o conhecimento dos mecanismos promotores do desenvolvimento local, de modo a utilizá-los de maneira integrada para que atinjam os objetivos projetados.

Assim, quando se busca esses avanços, faz-se indispensável conhecer, de fato, a localidade e, conseqüentemente, os problemas existentes, para que, diante disso, seja possível a formulação de programas, planos e projetos com o objetivo de solucionar ou minimizar tais fragilidades, assim como fortalecer as potencialidades territoriais. Aliado a isto, faz-se necessário uma gestão compartilhada e planejamento participativo.

Neste cenário, o município de São Domingos do Cariri-PB apresenta-se como um bom campo para estudo. Este município está localizado no Estado da Paraíba, na mesorregião do Planalto da Borborema Paraibano, Microrregião do Cariri Oriental do estado. Fica a 230 km da capital João Pessoa e está na rota do Anel Viário do Cariri, tendo como grande centro urbano a cidade de Campina Grande-PB, para serviços públicos e econômicos. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta uma população estimada, para o ano de 2018, de 2.500 habitantes, com tendência ao êxodo rural (IBGE, 2018). Ademais, é um município que, mesmo com grandes adversidades, apresenta particularidades e potencialidades propositivas para um fortalecimento e crescimento econômico.

Nesta perspectiva, tem-se o seguinte problema de pesquisa: por que o modelo de gestão pública de São Domingos do Cariri-PB não promove o desenvolvimento socioeconômico da população? A concretização deste estudo fundamenta-se em justificar que se faz imprescindível aprofundar informações sobre políticas públicas para o município em estudo, assim como de que forma estas políticas têm contribuído para o desenvolvimento municipal. Como o município de São Domingos do Cariri está inserido no espaço geográfico do semiárido brasileiro, cujo território é predominantemente rural e tem na agricultura familiar a sua principal base econômica, a análise realizada no presente estudo tem como foco central o setor da Agricultura.

Assim, tem-se como objetivo geral analisar as políticas públicas voltadas à agricultura que possibilitem o desenvolvimento local no município de São Domingos do Cariri-PB. Especificamente, procura-se entender em que consiste e qual o processo de formulação das políticas públicas municipais; identificar de que forma os recursos são aplicados em relação ao desenvolvimento municipal; e analisar as despesas realizadas com agricultura, relacionadas aos avanços do município. Para tanto, utilizou-se os dados do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), tendo em vista a coleta de informações acerca das Despesas/Investimentos no setor agrícola.

O trabalho está dividido em mais quatro seções além desta introdução. Na segunda seção abordou-se os aspectos gerais das políticas públicas e o desenvolvimento municipal, assim como as políticas públicas direcionadas para ao fortalecimento da Agricultura Familiar e evidências empíricas. Na terceira seção são destacados os procedimentos metodológicos da pesquisa. Na quarta seção são analisados e discutidos os resultados alcançados e, na quinta seção, são destacadas as considerações finais.

2. FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICA E EMPÍRICA

2.1 ASPECTOS GERAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Boa parte das ações políticas dos governos propõe-se na perspectiva de atender as demandas dos atores públicos ou aquelas estabelecidas pelos administradores do sistema político, ao mesmo tempo em que se

articulam aos aspectos necessários. De modo que, para conseguir efeitos em várias áreas, proporcionar comodidade e gerar o desenvolvimento socioeconômico é essencial a formulação de políticas públicas (COSTA, 2011; CAPELLA, 2018).

Conforme destaca Rua (2012), um dos fatores que primeiro se evidencia nas políticas públicas do Brasil é a fragmentação. Assim, um dos desafios no debate sobre políticas públicas é a definição de metodologias capazes de fornecer subsídios para o monitoramento e a avaliação da sua execução, da eficiência, da eficácia e dos impactos das ações implementadas. Apesar dos avanços significativos na produção de dados e indicadores, é importante realçar a utilização de indicadores sociais para análises quantitativas e qualitativas sobre mudanças (ou permanências) nas dinâmicas territoriais (PINTO; ROCHA; PIRANI, 2018).

Já Brasil (2011), afirma que as políticas públicas satisfazem à configuração com que o Estado procura consentir as precisões da coletividade. Para abranger o bom emprego destas políticas é indicado delinear um aparato teórico relativo à Gestão Pública, assim como das políticas públicas e maneiras a estas pautadas para harmonizar as técnicas aplicadas na gestão pública em nível municipal, de modo a atingir o desenvolvimento local.

Nesse cenário, o administrador público, na esfera municipal, necessita ter conhecimento de quais são as particularidades basilares ao processo de modificação local e, por conseguinte, do desenvolvimento municipal. Para tanto, se faz necessário distinguir quais são as potencialidades locais, bem como atores sociais compreendidos para que se possa diagnosticar as dificuldades e indigências e, assim, estabelecer estratégias (BRASIL, 2011).

Como pode ser observado no estudo de Capella (2018), o desenvolvimento, na perspectiva socioeconômica, segue constituindo-se como uma necessidade para parcela considerável da população brasileira, assim como para a população de outros países do mundo, subdesenvolvido ou em desenvolvimento. Para Alves (2005) e Capella (2018), no contexto destes novos processos dinâmicos, é preciso reconhecer que um dos problemas centrais que tem impedido o avanço sobre questões de desenvolvimento está relacionado à incapacidade de se formular alternativas que considerem conjunta e articuladamente questões políticas, econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Para Ferreira (2018), encontrar formas de interação que facilitem a relação entre o governo e a sociedade é indispensável. Isso porque tem ocorrido várias transformações na sociedade contemporânea. A população está cada vez mais participando das discussões políticas, onde são expostas suas verdadeiras demandas aos gestores de políticas públicas.

Aprende-se que a administração municipal cumpre função efetiva na ascensão de desenvolvimento, especialmente depois da Constituição de 1988 e a sugestão de Reforma do Estado de 1995, as quais proporcionavam como evidência a descentralização de poder e responsabilidades. Ressaltar-se, também, que a descentralização compreende uma atitude de privilegiar os municípios para o incremento das atuações claras, adequar máxima proximidade aos habitantes da cidade e do meio rural, fortalecendo o conhecimento popular nas deliberações públicas e maior eficácia e efeitos no emprego do dinheiro público (COSTA, 2011).

Ciente de que a disparidade socioeconômica é um acontecimento comum nas regiões brasileiras, desde o seu povoamento, existindo extraordinárias desigualdades espaciais, sociais e econômicas em diferentes níveis de desagregação regional, verifica-se distintos graus de desenvolvimento e de padrões de vida no país. Para resolver esse tipo de problema, Nascimento (2016) argumenta que os cidadãos precisam ter a consciência de que a melhor maneira de assegurar serviços públicos de boa qualidade é acompanhando as ações executadas pela Gestão Pública, observando se está em consenso com as leis orçamentaria do município.

Nesse sentido, tem-se a expectativa de que tal estratégia permita colaborar para o debate sobre uma visão inovadora e um mesmo paradigma de desenvolvimento que inclua em um debate as realidades consolidadas de comunidades locais, regionais e nacionais, valorizando as suas diversidades econômicas, políticas, socioculturais e ambientais, assim como um novo comportamento nas suas formulação e implementação.

Nesse cenário, pode-se compreender que a agricultura familiar não é uma atividade recente, pois esta vivenciou múltiplas transformações e, atualmente, está sendo sempre sendo tema de muitas pesquisas, em que a mesma aparece como uma alternativa para a diminuição das disparidades sociais, alicerce para desenvolvimento local sustentável, assim como elemento para reprimir o êxodo rural. Assim, a probabilidade

de desenvolvimento local no contexto de gestão municipal pública e a formulação de políticas devem abranger a participação ativa das comunidades, como possibilidade de propiciar modificações importantes tanto na forma como no procedimento para o desenvolvimento econômico, social, político, cultural e, consequentemente, humano (ALVES; VASCONCELOS, 2005; COLIN E PELICIONI, 2018).

Neste contexto, a atuação dos agricultores familiares na idealização, fundação e ponderação de projetos em nível municipal é prerrogativa primordial para a formulação de políticas públicas para o setor agrícola. Com relação a isto, é possível observar nos trabalhos de Schneider (2004) e Niederle (2017) no que refere à agricultura e a ruralidade, que os destinos da reorganização produtiva e institucional, podem ser conseguidos através de múltiplos enfoques/e ou dimensões.

Mediante a apresentação desse quadro, políticas públicas precisam ser formuladas para dar respostas e ter reflexos na vida dos agricultores familiares. Assim, a demonstração de desenvolvimento agrícola é mencionada exclusivamente quando dadas as condições para o estímulo desta atividade e/ou da agropecuária, tendo em vista as suas características, no significado literalmente produtivo.

Uma das principais políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Como destaca o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013), o PRONAF é formado por quatro áreas macro:

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Formação de Agentes de ATER, Agroecologia e Comunicação e relações institucionais), Financiamento de Seguro da Produção (Crédito PRONAF, Seguro da Agricultura Familiar, Garantia Safra, Seguros de Preços), Agregação de valor e geração de renda (Bioenergia, Fomento a diversificação econômica e Apoio à comercialização) e Projetos especiais (Mais Alimentos, Territórios da Cidadania, Diversificação na Agricultura Familiar Fumicultura).

Dentre as áreas supramencionadas, destaca-se o crédito PRONAF. Financiador de programas, que possibilitam a geração de renda tanto aos agricultores familiares como aos assentados da reforma agrária. Essa política de incentivo financeiro é constituída por uma série de linhas de crédito, uma delas é denominada *Custeio*, que tem por objetivo o financiamento das atividades agropecuárias, de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros, também agricultores familiares. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Pronaf também atende beneficiários que busquem investimentos destinados aos financiamentos da “implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas”. Esta linha de crédito é denominada Pronaf *Investimentos* (Mais Alimento).

As demais linhas de crédito contempladas pelo Pronaf têm uma abrangência ampla, sendo subdivididas em vários segmentos que atende aos agricultores de acordo com suas necessidades na lida do campo e a renda gerada a partir do manejo de produção na sua propriedade. O enquadramento consiste a partir de uma declaração de aptidão ao Pronaf (DAP) e o acesso ao crédito mediante uma avaliação técnica realizada por um gestor da política pública. As linhas de crédito do Pronaf são descritas no Quadro 1.

Como é possível perceber, fica evidente o investimento que o Governo Federal vem destinando aos Estados e municípios para promover o desenvolvimento local e para tornar a agricultura familiar forte, possibilitando tanto o financiamento da produção, como a garantia escoamento de produtos por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), além de outros programas constituídos com objetivo semelhante.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL: ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A efetiva implementação de políticas públicas é fator determinante para os avanços do desenvolvimento socioeconômico de um município, pois seus reflexos atingem diretamente a qualidade de vida da sua população. É pensado na melhoria de renda, possibilitando a qualificação da mão de obra e aproveitando as potencialidades de uma dada localidade que uma gestão pública competente e eficiente viabilizará o crescimento da qualidade de vida e um estado de bem-estar social. Seguindo esse direcionamento, Costa (2011) afirma que a questão do desenvolvimento e da desigualdade têm sido associadas em diversos trabalhos para estudar variáveis que mensuram renda. Isso porque através da renda é possível verificar a situação social dos indivíduos. Destaca-se, ainda, que o desenvolvimento engloba outras

questões sociais além da renda, como educação, saúde, mercado de trabalho, produção, habitação, saneamento, entre outras que promovem o bem-estar da sociedade (COSTA, 2011).

Quadro 1. Linhas de crédito Pronaf.

Linhas de crédito do Pronaf	Descrição da linha de crédito
Pronaf Agroindústria	Linha para o financiamento de investimentos, até mesmo em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
Pronaf Agroecologia	Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Eco	Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como consintam ao agricultor melhor convivência com o bioma em que sua propriedade está implantada.
Pronaf Floresta	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
Pronaf Semiárido	Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focalizados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
Pronaf Mulher	Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
Pronaf Jovem	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Designada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
Pronaf Cota-Parte	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas/ partes dos agricultores familiares afiliados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
Microcrédito Rural	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer processo que possa gerar renda para a família atendida. “Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (2013).

Ademais, entende-se a necessidade de fiscalizar e avaliar as políticas públicas implantadas por uma determinada administração, objetivando revelar a eficiência e o alcance de determinadas políticas. Nesses termos, compreende-se que os indicadores de desenvolvimento podem ser utilizados nos processos de avaliação de políticas, onde servem como ferramentas de gestão e controle (BRASIL, 2011). Isso acontece, pois, as variações nesses indicadores podem indicar as intervenções necessárias para melhorar o comportamento de tal indicador. Só assim é possível questionar, apontar alternativas e ampliar os modelos de atendimento à população, redimensionando as prioridades do poder público.

Nesse cenário, uma das provocações no debate sobre políticas públicas é a definição de procedimentos capazes de fornecer elementos para o monitoramento e a avaliação da sua execução, da eficiência, da eficácia e dos impactos das ações praticadas (PINTO; ROCHA; PIRANI, 2018). Assim, uma nova configuração de gestão se apresenta, afastando-se dos antigos moldes de administração clientelista e de interesses particulares, sendo forçada a rever a sua configuração de atuação e desenvolvimento de políticas públicas, assim como o direcionamento dos recursos públicos, atendendo os anseios da sociedade como um todo (FERREIRA, 2018). É com a lucidez dessa compreensão de desenvolvimento que as políticas públicas deveriam buscar designar qualidades para uma mudança estrutural do atual modelo para um novo projeto de Brasil pelo setor público e produzindo sustentavelmente (MATTEI, 2014).

Para Simões (2015), as metodologias utilizadas na ponderação de programas e políticas públicas resultam das ciências sociais e abrangem modelos qualitativos e quantitativos. As análises quantitativas seguem processos estatísticos e econométricos na definição da situação problema, no desenvolvimento dos indicadores de metas e resultados do programa e da evolução do conjunto social, econômico e ambiental no tempo. Os estudos qualitativos adquirem importância e são indispensáveis porque o objetivo é conhecer os processos sociais, afinidades e subjetividades, culturas e condutas de indivíduos e grupos em conjuntos específicos, percepções sociais sobre intervenções públicas e a forma como diferentes grupos se relacionam com os programas, políticas públicas e seus administradores implementadores.

No tocante, ao acompanhamento no âmbito de uma política pública é, em si, também, uma política pública que pode ser bastante complexa. O monitoramento dos resultados das políticas públicas é uma

atividade indispensável para que tenha conhecimento acerca dessas políticas, de maneira a consentir o debate público sobre elas, informação sobre quais as metas que se almeja conseguir com cada política, informações sobre os recursos investidos, as atividades desenvolvidas e benefícios fornecidos, e informações a propósitos dos resultados efetivamente causados pelas políticas públicas ao longo do andamento, e considerando as disparidades de regiões e grupos sociais. A garantia de respeito, proteção e acesso de direitos é uma construção democrática que se desenvolve ao longo do tempo, e informação será sempre eficaz nesse processo (BARCELLOS, 2018).

Ademais, as políticas públicas devem ser levadas à imprescindível dimensão pública, pois seguindo o referencial apontado por Rua (2012), as políticas públicas envolvem atividades políticas e não privadas ou somente coletivas. Portanto, torna-se relevante pensar-se que:

A sua dimensão 'pública' é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter 'imperativo'. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público (RUA, 2012, p. 2).

Uma breve revisão bibliográfica possibilita uma visão mais ampla acerca do assunto aqui abordado. Assim, adentrando a outras regiões do país que também foram contempladas com estudos que abordaram políticas públicas voltadas à agricultura. Inicialmente, identifica-se que, para Santos (2009), em seu estudo realizado destacando a agricultura familiar nos territórios Baianos, a partir de Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil, que a política mais importante para o meio rural tem sido o PRONAF, o qual representa um forte mecanismo de incentivo para produção, além de ter fortalecido e valorizado a agricultura familiar. Afirma, ainda, que o fortalecimento das unidades familiares rurais depende de diversos fatores e não pode ser concebido com políticas isoladas. É necessário que haja integração de políticas econômicas, agrícolas e de desenvolvimento rural, para que a sustentabilidade da população camponesa seja garantida.

Assim, só através de a implementação de políticas públicas será possível minimizar as disparidades socioeconômicas que envolvem o homem do campo. De acordo com Araújo (2012), em sua pesquisa que tratou da agricultura familiar no Brasil e suas faces no município de Alfredo Vasconcelos – MG, a partir de pesquisa bibliográfica, de campo e vivência própria, a Agricultura tem uma grande importância, pois tem papel fundamental para diminuir a desigualdade entre o campo e a cidade. Este setor deve ser encarado como um forte elemento de geração de riqueza para a economia, não apenas para o setor agropecuário ou mesmo para uma região específica, mas para todo o país.

Quando se observa casos específicos que envolvem o Estado da Paraíba, encontra-se particularidades que abrangem a necessidade de ações voltadas para o apoio técnico e gerencial, como política pública para os agricultores. Desse modo, afirma Rodrigues (2016), em sua pesquisa onde discorre acerca do retorno sobre investimentos na agricultura familiar no Município de Conceição – PB, por meio de entrevistas com agricultores; que todos os produtores têm retorno sobre os investimentos gerados pela atividade. Ademais, verificou-se ainda que um dos principais fatores que influenciam no baixo retorno sobre os investimentos é o fato de os produtores não possuírem controle sobre custos e não ter gerenciamento em produção, necessitando, por tanto, de acompanhamento técnico.

Proporcionando maiores investimentos para as famílias de agricultores, através de programas voltados à organização desse grupo, tais como melhorias na assistência técnica e fomento à comercialização da produção, é possível proporcionar mais qualidade de vida ao homem do campo, evitando o êxodo rural. De acordo com Rufino (2016), em pesquisa que fez uma abordagem das políticas públicas na agricultura familiar, com um estudo de caso sobre o PRONAF no município de Itaporanga – PB, o PRONAF disponibilizou muitas vantagens com modalidade de Custeios e de Investimentos através dos seus créditos, aumentando a renda e mantendo o homem no campo. Contudo, apresentou desafios como dificuldades para o acesso e fragilidades no acompanhamento e fiscalização inadequada, provocando reclamações tanto das instituições como dos produtores.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O foco dessa pesquisa é problematizar se as políticas públicas direcionadas à agricultura no município de São Domingos do Cariri têm de fato contribuído ou não na vida econômica da população

local, tendo em vista que o município tem no setor agrícola uma das principais fontes de renda. Esse questionamento torna-se pertinente quando se depara com uma gestão municipal que não promove melhorias de vida para as famílias de agricultores. Devido às características socioeconômicas do município, a falta de planejamento e investimentos contínuos, ou seja, de políticas públicas, podem contribuir para tornar o setor agrícola frágil.

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Para alcançar os resultados do estudo, utilizou-se pesquisa descritiva que, de acordo com Gil (2010), procura delinear as particularidades de certa população ou elemento. Trata-se também de um estudo exploratório. Segundo Gil (2010), as pesquisas exploratórias têm a finalidade de permitir máxima intimidade com a problemática, com o objetivo de torná-la mais específica ou a levantar proposições. Assim, através da análise das informações contidas no site do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, buscou-se aferir os Gastos/Despesas em políticas públicas.

O método técnico utilizado procedeu de um estudo de caso, com foco em uma circunstância específica que foi trabalhada no Município de São Domingos do Cariri-PB, delimitando-se um período para a avaliação dos dados de 2003 a 2017. O período de tempo utilizado, especificamente o ano final, é justificado pela disponibilidade de informações, sendo este o ano mais recente no momento da elaboração da pesquisa. Os dados coletados foram tabulados em planilha de Excel, medidos de forma quantitativa e apresentados em gráficos.

O estudo de caso, segundo Gil (2010), incide no estudo intenso e bem discriminado de um ou poucos itens, de modo que possibilite um melhor detalhamento possível, em relação à outras técnicas de pesquisa existentes. Quanto à distinção da pesquisa, trata-se de uma pesquisa quantitativa, de abordagem descritiva, em que para a realização do trabalho os dados foram coletados nos extratos de Despesas que estão disponíveis no sítio do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

3.2 COLETAS DE DADOS DAS DESPESAS/INVESTIMENTOS NO SETOR AGRÍCOLA DE SÃO DOMINGOS DO CARIRI 2003-2017

O estudo foi desenvolvido com foco no setor de Agricultura, devido esse seguimento predominar dentre as atividades de trabalho das famílias rurais, com significativa importância econômica para o município. Assim, utilizando-se do banco de dados do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba coletou-se os dados da pesquisa no site do Sagres. As informações obtidas se refletem na contabilização realizada pela administração, submetendo-se à análise de coerência e avaliação, e podem ser modificados quando auditados pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB).

3.3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ESTUDO

Buscando expandir as pesquisas para a microrregião do Cariri Oriental, evidenciando a importância da agricultura nesta localidade, definiu-se como *lôcus* da pesquisa o município de São Domingos do Cariri - PB. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município exibe uma população residente estimada em 2.582 habitantes, com extensão territorial 218,801 Km e renda *per capita*, em 2013, de R\$ 2.853,00 (IBGE, 2016). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é equivalente a 0,589, conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2010). Na Figura 1, é possível verificar a localização geográfica do município em questão.

A condição socioeconômica do município é predominantemente decorrente das atividades voltadas à pecuária e a agricultura. Com um notável potencial hídrico e terras férteis, o município apresenta capacidades de desenvolvimento econômico e social. Os serviços públicos e o setor terciário também são destaques, pois nos últimos anos as microempresas de confecção alojadas na cidade, oriundas do Estado de Pernambuco, têm gerado renda e movimentado a economia local. Portanto, diante dessa prospera conjuntura econômica e social definiu-se esta localidade como alvo da pesquisa, tendo em vista que uma administração pública responsável e empreendedora resultaria em avanços junto às famílias de agricultores.

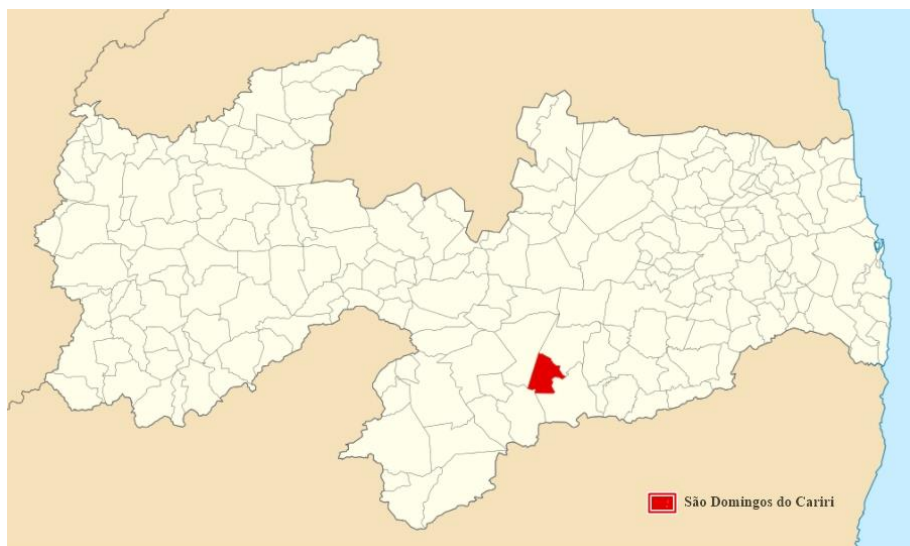


Figura 1. Municípios do estado da Paraíba.

Fonte: Elaboração própria.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região do Cariri Oriental tem por característica a predominância da agricultura como prática de ocupação de sua população. Mediante esse contexto, torna-se essencial problematizar como estão sendo aplicados os recursos que têm como finalidade o investimento no setor agrícola. Só a partir de uma pesquisa aprofundada é possível identificar os resultados positivos e os problemas resultantes desse investimento.

Assim, em busca de apresentar as informações e os resultados obtidos na presente pesquisa, a seção destaca as políticas públicas e as despesas direcionadas à agricultura na Paraíba, assim como as despesas direcionadas à agricultura no município de São Domingos do Cariri-PB.

4.1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E AS DESPESAS DIRECIONADAS À AGRICULTURA NA PARAÍBA

Na Paraíba, nos últimos anos, várias ações vêm sendo implementadas para o fortalecimento do setor agrícola. A partir do ano de 2011, a gestão estadual adotou várias estratégias de políticas públicas voltadas a fortalecer a agricultura familiar, dentre as quais destacam-se, em termos de projetos voltados para todo o estado, o Projeto Cooperar e o Projeto Procace.

O primeiro implementado foi o Programa de Combate à Pobreza Rural (COOPERAR), que objetivou fortalecer as famílias atendidas por meio de estratégias a partir de ações de planejamento, formulação e definição de políticas públicas, assim como da construção de infraestruturas, proporcionando a geração de renda e emprego nas comunidades rurais pobres. Já o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROJETO PROCASE), é voltado ao fortalecimento dos grupos organizados de agricultores familiares em algumas regiões do semiárido paraibano. As ações e investimento deste projeto atende a uma diversidade de atividades, destacando-se a caprinovinocultura, artesanato e outras práticas de produção rural. As ações promovidas para o setor agrícola e rural, proporcionam a fixação das famílias e diminuem as fragilidades da pobreza da população atendida. Destaca-se também as políticas públicas do PRONAF, implementadas pelo Estado da Paraíba, juntamente com o governo federal. Todas estas implementações buscam proporcionar avanços nas melhorias de vida, a partir da produção, trabalho e renda.

Conforme afirmado anteriormente, localizado na região do Cariri Oriental paraibano, o município de São Domingos do Cariri está inserido no espaço geográfico do semiárido brasileiro, cujo território é predominantemente rural e tem na agricultura familiar a sua principal base econômica. A distribuição populacional está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba, espaço que apresenta um grande potencial hídrico, característica fundamental para a prática de atividades agrícolas e pecuária.

Mesmo enfrentando nos últimos anos um ciclo de estiagem forte, que se iniciou no ano de 2011 e perdurou até o ano de 2017, afetando diretamente as atividades agrícolas praticadas pelas famílias locais, a lida no campo não deixou de fazer parte do cotidiano desses agricultores que resistiram e enfrentaram as

intempéries climáticas. Por outro lado, pode-se considerar que a agricultura no município em questão não é considerada um setor produtivo por parte da administração pública local, por ter outras prioridades no tocante às implementações no município, por isso não são viabilizadas políticas públicas que visem fortalecer a economia municipal e proporcionar melhor qualidade de vida para as famílias agricultoras.

Em pesquisa realizada nos bancos de dados do sagres foi possível encontrar informações concernentes aos investimentos realizados ao longo dos anos, no período compreendido entre 2003 e 2017, o que possibilitou uma análise descritiva da relevância da agricultura em diferentes administrações públicas a nível estadual e municipal. O conjunto de ações promovidas pelo governo do Estado da Paraíba tem demonstrado uma evolução regular nos Investimentos/Despesas nas políticas públicas de apoio à agricultura, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2. Despesas do Governo do Estado da Paraíba com a Agricultura 2003 a 2017.

Ano	Agricultura	TOTAL	% do Total
2003	67.908.369,56	2.556.955.467,66	3
2004	40.817.243,63	2.678.070.878,10	2
2005	47.009.852,63	3.261.618.761,58	1
2006	54.985.392,56	3.999.927.724,39	1
2007	67.960.576,79	4.434.048.894,91	2
2008	127.236.730,82	5.245.598.523,56	2
2009	94.654.593,89	5.186.715.546,92	2
2010	145.532.811,30	6.004.934.041,70	2
2011	142.450.896,44	6.245.144.266,90	2
2012	163.652.188,54	7.263.687.215,09	2
2013	189.248.017,94	8.275.945.976,60	2
2014	195.281.325,16	9.074.821.642,72	2
2015	185.647.358,72	9.175.681.723,18	2
2016	195.930.831,62	9.391.503.025,27	2
2017	191.938.284,59	9.691.218.476,24	2

Fonte: Tribunal de Contas do Estado/PB (2018).

No Quadro 2, tem-se a apresentação das despesas totais do Estado, bem como as despesas para Agricultura no período compreendido a partir do ano 2003 até 2017. Os dados demonstram que há uma variação percentual nos anos iniciais das Despesas/Investimentos, seguindo até 2006, no entanto, a partir do ano 2008 a 2017, o percentual das despesas tem uma regularidade, permanecendo em 2% das despesas total do Estado para as políticas públicas voltadas para a agricultura. Por outro lado, observa-se que as despesas totais do Estado vêm crescendo, saindo do ano de 2003 de um valor aproximadamente de 3 bilhões, chegando a atingir, no ano de 2017, um valor acima dos 9 bilhões de reais, sendo a maior parte dessas despesas relacionadas a Pessoal, Educação e Saúde. Complementando a análise, o Gráfico 1, destaca a evolução das despesas estaduais, paralelamente ao comportamento das despesas com a Agricultura.

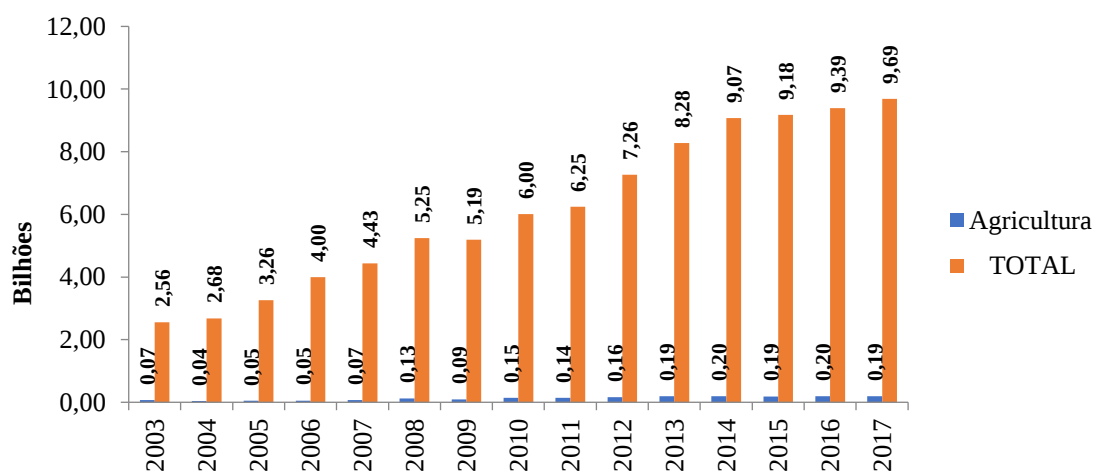


Gráfico 1. Evolução das Despesas Totais do Estado e Despesas com Agricultura 2003 – 2017.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado/PB. 2018.

Os dados relacionados às despesas do Estado se expressam numa evolução crescente. Mais quando se trata somente das despesas apresentadas para o setor agrícola, alvo principal do presente estudo, tem-se fatores que fizeram os percentuais oscilarem no decorrer dos anos iniciais da análise, os quais explicam minimamente esse comportamento dos gastos para este setor.

No período constituído a partir do ano de 2003 até o ano de 2010, o Estado da Paraíba teve duas alternâncias de gestão, este comportamento na dinâmica da gestão pública estadual, gerou instabilidades na adoção de políticas públicas. Portanto se evidencia quando, observa-se a escala dos números no Gráfico 2, que as despesas até o ano de 2007 apresentam valores bem próximos, ficando sempre em 1%, passando, a partir de 2008, a um percentual de 2%.

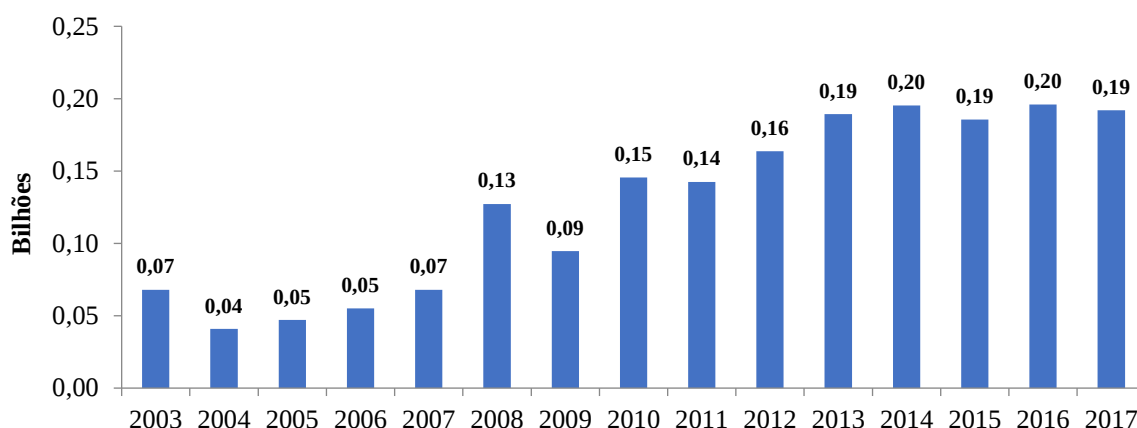


Gráfico 2. Despesas do Estado da Paraíba com a Agricultura 2003 – 2017.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado/PB, 2018.

A partir do ano de 2011, o Estado tem uma nova mudança administrativa, que mantém o percentual de gastos em 2%, mais com crescimento constante nos valores destinados para as políticas públicas voltadas para a agricultura. Essa evolução pode ser observada no Quadro 2, acima. Caracteriza-se também a fixação dos valores gastos, deixando de existir as instabilidades apresentadas em anos anteriores.

Os investimentos a partir de 2009 evidenciam um acréscimo expressivo nos valores das despesas, saindo de 94 milhões para 140 milhões, em 2010. No período compreendido entre os anos de 2012 e 2017, percebe-se também um expressivo aumento das despesas, ficando em um valor acima de 190 milhões, no último ano da série em estudo. Pode-se observar alguns fatores que justificam esta elevação de gastos realizados pelo Estado direcionado ao setor da agricultura.

Há, neste período, uma sequência histórica de estiagem, caracterizando-se como a maior seca do século, trazendo muitas dificuldades e percas à produção agrícola. Esses fatores, impactaram diretamente a vida das famílias agricultoras durante um período de 6 anos, exigindo por parte da gestão estadual a adoção de ações em políticas públicas que minimizassem as fragilidades e dificuldades vivenciadas pela população, e, por conseguinte, pudesse manter a agricultura como um dos principais setores da economia do Estado da Paraíba.

4.2 AS DESPESAS DIRECIONADAS À AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO CARIRI-PB

O principal alvo da pesquisa é o setor agrícola do município de São Domingos do Cariri-PB, onde realizou-se o trabalho de análise de dados das despesas gerais, assim como também das despesas/investimentos na Agricultura, de forma semelhante ao realizado anteriormente em nível estadual.

O recorte temporal privilegiado na pesquisa abrange o ano de 2003, onde as despesas municipais totais estavam em R\$ 2.548.448,74 (Dois milhões quinhentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos), atingindo, em 2017, o valor de R\$ 9.950.042,41 (Nove milhões, novecentos e cinquenta mil, quarenta e dois reais e quarenta e um centavos). A partir do Quadro 3, é possível constatar também as despesas para as políticas públicas na Agricultura, as quais, quando comparadas com as despesas gerais, têm um valor pouco expressivo nos investimentos do município em estudo.

As despesas do município de São Domingos do Cariri, no tocante à agricultura, expressam uma distorção nas ações realizadas para esse seguimento da população. Em uma análise dessas despesas a partir dos empenhos no banco de dados do Sagres-PB, verifica-se que a despesa discriminada dos anos 2003 a 2007 trata-se de serviços para manutenção e melhorias em cata-ventos localizados na zona rural do município em estudo, cujos dados mostram que os percentuais durante esse período não chegaram a 1%. Referente ao ano de 2008, no qual não houve nenhuma despesa para o setor de agricultura, por observação e estudo da peça orçamentária do referido, sugere-se que a administração não fez nenhuma dotação financeira para as políticas públicas do setor agrícola.

Fazendo-se a observação das despesas de 2009, atenta-se para o fato de serem bem mais elevadas em comparação aos do ano anterior, chegando a 3,29% do total das despesas municipais. Esse valor expressivo deu-se por consequência de duas ações principais realizadas: a contratação de uma empresa de engenharia para a realização de serviços de recuperação de uma barragem localizada na Comunidade rural de Barra de Xandú e outras despesas que elevaram o valor de gastos, tais como a recuperação e concertos dos poços artesianos distribuídos no território do município em estudo.

Quadro 3. Despesas de São Domingos do Cariri – PB com a agricultura.

Ano	Agricultura	TOTAL	% do Total
2003	1.867,60	2.548.448,74	0,07
2004	8.703,54	2.534.111,41	0,34
2005	3.011,00	2.867.397,12	0,11
2006	5.072,13	3.310.229,63	0,15
2007	16.914,00	3.670.287,61	0,46
2008	0	3.663.936,72	0,00
2009	148.342,18	4.506.015,99	3,29
2010	27.480,00	4.912.986,61	0,56
2011	20.780,00	6.218.707,19	0,33
2012	66.035,09	6.236.740,17	1,06
2013	87.592,00	6.710.960,75	1,31
2014	316.250,85	7.152.314,23	4,42
2015	88.123,02	8.193.350,22	1,08
2016	113.589,60	9.046.215,68	1,26
2017	106.304,25	9.950.042,41	1,07

Fonte: Tribunal de Contas do Estado/PB, 2018.

A partir do ano de 2011, as despesas passam a ter uma regularidade percentual até 2017, valor que ficou um pouco acima de 1%. Destacando-se dentro desse período o valor das despesas do ano 2014, que foi de 4,42%. As elevadas despesas daquele ano, onde tem-se o maior índice para a série em estudo, correspondendo a um valor de recursos que ultrapassaram os 316 mil reais, buscou-se nos empenhos relacionados às despesas da agricultura deste ano as justificativas para essa expressiva elevação. Observa-se duas ações principais: a construção de uma barragem na comunidade de Barro Vermelho e outro serviço de ampliação e melhorias em uma pequena barragem na comunidade rural de Porteiras. Os serviços realizados por duas empresas de engenharia, contratadas por licitação pela gestão municipal e outras despesas que se somam ao valor do ano de 2014, tratou-se novamente dos serviços realizados nos poços artesianos, que são sempre recorrentes em praticamente todos os anos que constituem a linha de tempo em estudo.

Quando se analisa as despesas para com agricultura somente a partir de dados percentuais, verifica-se que o Estado e o Município em estudo apresentam dados muito semelhantes proporcionalmente. Os dados revelam a regularidade dos investimentos realizados pelo Estado da Paraíba, enquanto os dados municipais revelam a descontinuidade de investimentos e ações para a política públicas voltadas para o setor agrícola.

Ao analisar-se a evolução das despesas gerais do município de São Domingos do Cariri-PB, representada aqui através do Gráfico 3, verifica-se, inicialmente, que as mesmas tiveram uma evolução dentro do período em estudo. Entre os anos de 2003 e 2006, os gastos partiram de um valor acima de R\$ 2 milhões e chegaram a R\$ 3 milhões, sendo o aumento total situado dentro de uma média de R\$ 1 milhão. No ano de 2007, as despesas somadas chegaram a ficar acima de R\$ 3,5 milhões, permanecendo até o ano de 2009 neste mesmo patamar de gastos, como pode ser visualizado no Gráfico 3.

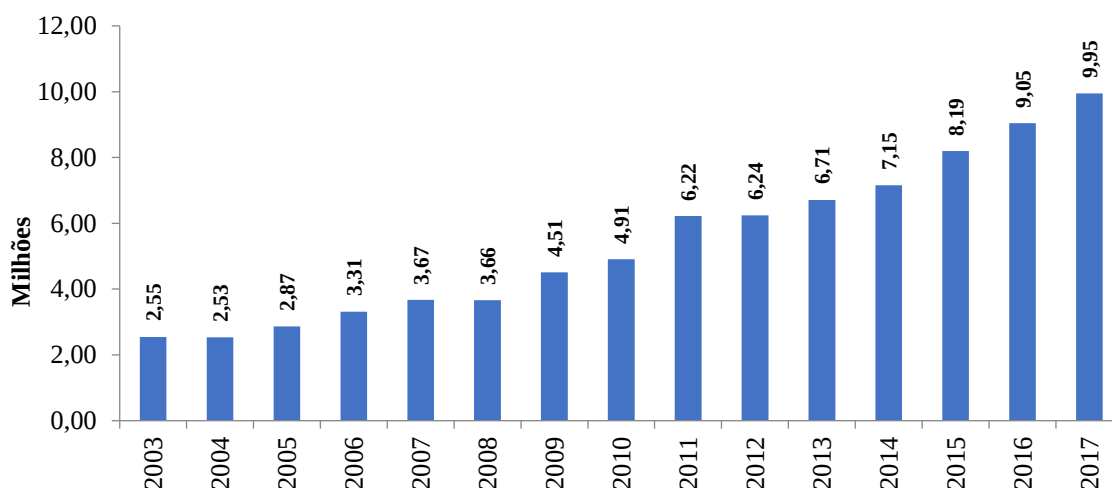


Gráfico 3. Evolução das Despesas gerais do município de São Domingos do Cariri – PB.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado/PB, 2018.

Continuando a análise dos dados, observa-se que as despesas em 2010 ultrapassaram os R\$ 4,5 milhões, porém é a partir de 2011/2012 que um acréscimo bastante significativo e gradual se abate sobre as despesas municipais, ultrapassando o patamar de R\$ 6 milhões. As despesas realizadas pela administração pública a partir de 2014 se configuram em média por um aumento anual de R\$ 1 milhão. Vale a pena destacar que o ano de 2014 apresentou despesas que viraram entorno de R\$ 7 milhões, chegando a 2017 a um valor aproximado de R\$ 10 milhões.

Assim, verifica-se quais os principais setores que elevam gradativamente os investimentos e, por conseguinte, as despesas gerais do município. Dentro de todas as áreas discriminadas no estudo, verifica-se a concentração das despesas nas áreas de Educação, Saúde, Administração e Urbanismo, sendo estes, portanto, os setores que a gestão pública municipal tem como seguimentos prioritários de sua gestão.

Salienta-se que, neste recorte temporal estudado das despesas gerais, surgem outras áreas que são alvos de investimentos públicos, tal como o setor agrícola. Ao observar-se os dados especificamente deste setor, destaca-se a descontinuidade de investimentos que variam acentuadamente, evidenciando, portanto, não haver uma política pública prioritária ao olhar da administração municipal.

O levantamento apontou que, no ano de 2008, não constam valores de despesas referentes à agricultura, contrastando com a média abaixo de 1% dos anos iniciais que perfazem os anos de 2003 a 2007. Sintetiza-se esses dados no Gráfico 4, que traz os percentuais de gastos/despesas para a Agricultura no município em estudo.

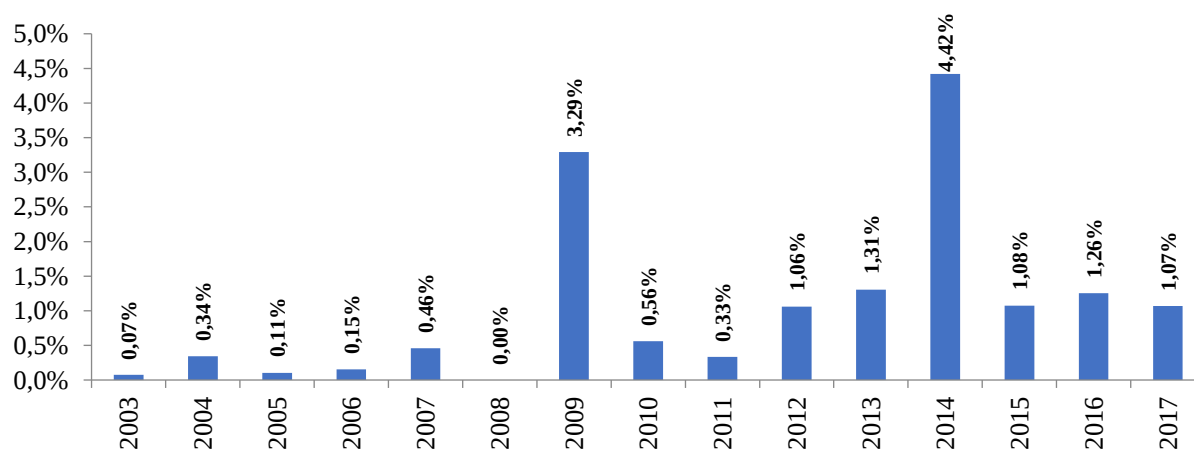


Gráfico 4. Demonstração das Despesas Municipais em Agricultura.

Fonte: Tribunal de Contas do Estado/PB, 2018.

Pode-se verificar um aumento vertiginoso nas despesas no ano de 2009, rompendo com a estagnação de anos anteriores, onde ultrapassou os 3% das despesas totais do município com a agricultura. Porém, chama atenção a queda no percentual, entre os anos de 2010 a 2013, correspondendo a um período que intermedia dois elevados piques de despesas, pois, no ano de 2014, as despesas voltaram a crescer, ficando acima de 4,5%. Esse refere-se ao maior gasto com agricultura registrado durante o recorte temporal aqui estudado. Nos anos seguintes, 2015/2017 identifica-se, novamente, um declínio, onde o percentual alcança 1%.

Os dados analisados demonstram, em síntese, que, independentemente de um aumento nas despesas gerais do município de São Domingos do Cariri-PB, os investimentos nas políticas públicas do setor agrícola permanecem em um percentual reduzido quando comparados com outras áreas de investimentos dentro da administração municipal. Outro fator observado na análise é a falta de uma regularidade dos gastos para este setor fundamental no desenvolvimento econômico deste município. Portanto, a falta de recursos bem aplicados acaba prejudicando na renda municipal da população, predominantemente envolvida na atividade campesina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral analisar as políticas públicas voltadas à agricultura que possibilitem o desenvolvimento local no município de São Domingos do Cariri-PB. Para tanto, buscou-se ter uma visão de como as políticas públicas do município de São Domingos do Cariri-PB são implementadas, bem como a análise de como se desenvolvem a partir da observação das despesas gerais e, em específico, dos investimentos para o setor da agricultura. Procurou-se estudar os processos em que as ações são formuladas, e também quais as maneiras de implementação, com o objetivo de busca o desenvolvimento econômico e melhorias de vida da população municipal.

Os dados que constituíram o estudo foram extraídos da plataforma do site Sagres Cidadão-Tribunal de Conatas/PB. Constitui-se, portanto, a principal fonte para análise das despesas do município, com um recorte temporal que teve o ano inicial de 2003 e, 2017, o ano final estudado. Como principais resultados percebidos neste estudo tem-se um percentual baixo de investimentos no setor de agricultura. Fica também evidente na sequência anual que as despesas realizadas se apresentam de forma descontínuas e demonstram grande variabilidade em seus valores direcionados a este setor.

As políticas públicas compõem elementos por meio dos quais a Gestão Pública direciona atos para o atendimento das demandas populacional por serviços públicos de qualidade. Diante do exposto, percebe-se que o município de São Domingos do Cariri-PB, embora incorpore políticas públicas do Governo Federal e Estadual para a agricultura familiar, possui poucos recursos destinados ao fomento do setor agrícola, principalmente quando compara-se a outras despesas realizadas, como, por exemplo, os investimentos em Urbanismo, que chegam a alcançar 10% das despesas gerais executadas pela gestão municipal.

Necessita-se, então, com certa urgência de políticas públicas de apoio à produção e à geração de renda, principalmente quando se considera a agricultura um segmento fundamental para o fortalecimento da economia. No entanto, no município em estudo, a gestão parece ter um olhar de que a produção agrícola é muito limitada, quase inexistindo cultivo permanente, sendo os cultivos temporários viventes essencialmente de subsistência, sem emprego de tecnologias, portanto inexpressivas para investimentos públicos, que promovam melhorias significativas na vida socioeconômicas na vida das famílias agricultoras.

Assim, foi possível perceber que o setor agrícola em São Domingos do Cariri apresenta fragilidades por conta da falta de mais investimentos públicos, mesmo este município apresentando características que favorecem o desenvolvimento do setor. A presença do Rio Paraíba no seu território, por exemplo, poderia ser utilizada para o fomento de avanços de produtividade pelas famílias agricultoras, a partir de práticas culturais diversificadas. No entanto, para que os avanços e crescimentos ocorram na produção agrícola e possibilitem ganhos econômicos para o município é preciso que a gestão municipal promova uma política pública com foco para esta população tão importante na dinâmica econômica local.

A implementação de políticas públicas adequadas proporcionaria um crescimento econômico para as famílias agricultoras, promovendo, desta forma, ganhos significativos na melhoria de seu bem-estar. Faz-se necessário, no entanto, que estes atores sociais participem de forma ativa e efetiva da promoção e efetivação das sugestões e decisões para implementação das melhores políticas públicas pela gestão municipal na busca do desenvolvimento sustentável da população. A participação da sociedade civil organizada e articulada promoverá ganhos coletivos, proporcionados avanços em todos os setores. A sociedade atual passa por um

momento de intensa transformação demandando que as pessoas possam estar cada vez mais presentes nas discussões políticas, exigindo dos gestores políticas que se adeque às necessidades reais de sua população.

Por fim, como proposta para futuras pesquisas, pretende-se que sejam feitos estudos de caso com outros municípios da Paraíba, que concentrem populações maiores, a fim de averiguar o grau de investimentos aplicados em políticas públicas de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, para pesquisas futuras também é possível realizar uma avaliação de políticas públicas utilizando métodos econométricos robustos que possam potencializar e validar estatisticamente os resultados encontrados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Arlete Maria da Silva. **Desenvolvimento local e Gestão Municipal**. Uberlândia, 2005.

BARCELLOS, Ana Paula de. **Políticas públicas e o dever de monitoramento**: “levando os direitos a sério”. Rev. Bras. Polít. Públicas, Brasília, v. 8, nº 2, 2018 p.251-265.

BRASIL, Cintia Fernanda. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**: estudo de caso do município de Juranda/PR. 2011. 98 páginas. Monografia de Especialização em Gestão Pública Municipal. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2011.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.
<<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3332>> Acesso em: 14 de janeiro. 2022.

COLIN, Elaine Cristina da Silva; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Territorialidade, desenvolvimento local e promoção da saúde: estudo de caso em uma vila histórica de Santo André, São Paulo. Saúde e Sociedade, v. 27, p. 1246-1260, 2018.

COSTA, Ivy Silva. **Gastos públicos e desenvolvimento socioeconômico**: uma análise dos municípios do Estado do Paraná. Viçosa; MG, 2011.

FEREIRA, Getúlio Costa. **Gestão participativa**: a experiência do orçamento democrático da Paraíba e o envolvimento social. Sumé - PB: [s.n], 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas. 5 Ed, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativa de População para Setembro de 2018. Disponível em: <<http://w.w.w.ibge.gov.br/home/estatística/população/estimativa> 2018/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 29 de setembro. 2018.

MATTIE, Lauro. O Papel e a Importância da Agricultura Familiar no Desenvolvimento Rural Contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, vol.45, Suplemento especial, out/dez, 2014.

MENDES, Wesley de Almeida. **Papel da gestão pública municipal no desenvolvimento humano**. Viçosa, MG, 2017.

NASCIMENTO, Tatiane Marins do. **Lei de Responsabilidade Fiscal**: um estudo de caso no município de São Domingos do Cariri-PB no período de 2003 a 2015. Campina Grande; PB, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso.

NIEDERLE, Paulo André. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. Delgado, Guilherme Costa, Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro [recurso eletrônico]**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 168-196, 2017.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Disponível em: <<http://w.w.w.pnud.org.br>>. Acesso em: 29 de setembro. 2018.

PINTO, Carlos Vinicius da Silva; ROCHA, Betty Nogueira; PIRANI, Nikolas de Camargo. **Indicadores Sociais e Desenvolvimento Rural**: Um Estudo sobre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Rural no Brasil. Boletim Regional, Urbano e Ambiental. IPEIA, Janeiro a junho, 2018.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 2 ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

SIMÕES, Armando **Avaliação de Programas e Políticas Públicas**. Escola Nacional de Administração Pública-Enap: Diretoria de Formação Profissional; Brasília, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA-TCE/PB. 2018.